

fonte: 70 class.: 340

data: 29/4/95 pg.: 5

JORNAL DO BRASIL

BRASIL

SÁBADO, 29 DE ABRIL DE 1995 • 5

Jobim defende reforma urgente do Judiciário

■ Ministro começa a discussão das mudanças em junho

NELSON FRANCO JOBIM
Correspondente

LONDRES — O ministro da Justiça, Nelson Jobim, admitiu ontem em Londres a necessidade urgente de uma reforma do Poder Judiciário para facilitar o acesso do cidadão comum à Justiça, para que os processos tenham um "nível de rapidez tolerável" e para que haja uma certa previsibilidade das decisões. Jobim entende que esses problemas são as principais causas da impopularidade da Justiça. As declarações do ministro foram feitas depois que ele tomou conhecimento dos resultados da pesquisa **JORNAL DO BRASIL/Voz Populi**, dando conta de que 73% dos brasileiros não confiam na Justiça. Jobim participa, em Londres, do seminário

Brasil: perspectivas e oportunidades para investimentos.

A partir de junho, o ministro começa a discutir a reforma, não apenas com juizes, advogados, promotores e funcionários do Judiciário, para evitar distorções corporativistas. Quer falar também com representantes da sociedade civil e com jornalistas especializados em cobertura policial. Mas o projeto só será encaminhado ao Congresso no segundo semestre para não sobrecarregar a agenda do Legislativo, que está discutindo as reformas previdenciária e econômica.

Resistência — Jobim sabe que o cidadão comum, especialmente o mais pobre, é o maior prejudicado na administração da Justiça, mas os problemas de lentidão e incerteza nas decisões afetam toda a sociedade. Inibem inclusive o investidor estrangeiro, que quer garantias nos seus negócios, sem ficar amarrado por processos arrastados. O ministro da Justiça acredita

que haverá resistência de juizes, advogados, promotores e funcionários interessados em manter seus privilégios.

Outra providência anunciada em Londres, a transferência dos crimes contra os direitos humanos para a área federal, foi recebida favoravelmente por organizações não-governamentais, que costumam ter posições críticas em relação ao Brasil. O grupo Survival International (Sobrevivência Internacional), que tentou sem sucesso ser recebido pelo ministro, acha que assim haverá mais justiça porque, na Amazônia, "os governos estaduais são contra os índios e sempre há interesses locais envolvidos em conflitos de terras".

Reservas — Os ecologistas pretendiam cobrar do governo definições sobre a demarcação das reservas indígenas dos macuxis, em Roraima, e de outras tribos na área do Projeto Carajás. Jobim disse que

o governo começa em 16 de maio a definir sua política indigenista. Ele alegou haver um problema jurídico nas demarcações porque "não há procedimento para que as pessoas possam recorrer", no caso posseiros, garimpeiros e fazendeiros, "e a Constituição garante pleno direito de defesa". Afirmou ainda que a reserva macuxi, por ficar na fronteira, depende de autorização do Conselho de Defesa Nacional para ser demarcada.

Esse esclarecimento não convenceu os ecologistas. "É a terra dos índios. Os colonos aceitam sair se receberem uma compensação. E as reservas ticuna e ianomâmi, que também ficam na fronteira, foram demarcadas", comentou Fiona Watson, especialista em Brasil na Survival International. Ela rejeitou a afirmação do ministro de que os índios são os que mais exploram a madeira nas reservas.